

ATA N° 01/2012

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

Às dez horas do dia 23 de março de 2012 deu-se início a 1º reunião do conselho consultivo da ESEC Taim. O chefe da ESEC, Sr. Henrique dá as boas vindas e inicia a leitura da ata N° 02/2011 referente à última reunião realizada do Conselho. Logo após fez-se a contagem do quorum. O Sr. Henrique iniciou a reunião que a pauta desta reunião só não ficou única sobre estudo fundiário porque tinha previsto a apresentação do IPAC, e mais solicitações de inclusão no conselho. Logo após o Sr. Henrique perguntou se alguém tinha alguma pauta para sugerir. Neste momento o Sr. Henrique apresentou o documento entregue pela NEOCORP e distribuiu CDs contendo o material entregue por esta empresa. O Sr. Henrique explicou que foco principal deste estudo foi avaliar se, e quais as propriedades estavam dentro da malha dos 33 mil hectares e se avançou até chegar a uma proposta que a empresa apresentou. Este ainda expôs que o estudo somente pode avançar até um ponto, pois as informações geradas pelos proprietários são espontâneas e a permissão de entrada nas propriedades são de boa vontade também. Devido a isto houve um limite que se poderia exigir da empresa, pois alguns proprietários não quiseram falar por questões de instabilidade jurídica do proprietário. Então, neste estudo existe este limitante que acabou se reconhecendo. No entanto havia a necessidade de se obter a malha fundiária e tinha que ser visível e claro para todos o que era terra do governo e o que era terra particular. Este estudo também contém uma série de informações que está acessível aos conselheiros como informações ambientais, áreas de uso, áreas de banhados, áreas de florestas, áreas degradadas, onde ocorrem espécies ameaçadas de extinção, condições sócio-econômica das famílias, planilhas de levantamento cadastral, que esta disponível para consulta como documento público tanto para o conselho como para a população em geral. Após esta explicação sobre o estudo fundiário o Sr. Henrique apresentou um mapa deste estudo contendo as áreas da união. O Sr. Otavio perguntou se área da união é da ESEC Taim. O Sr. Henrique respondeu que nem toda área da união é da ESEC do Taim, pois não está no decreto de criação. Este ainda explicou que temos grandes áreas da união, mas que não esta incluída na ESEC. O Sr. Paulo Arruda explicou que teve Decreto de 1978 e houve pagamento de algumas propriedades, este decreto caducou e criou-se o Decreto de 1986. Quando publicaram o de 1986 estava ocorrendo uma ação civil pública sobre essa apropriação pelo IBAMA e por isso não se colocou dentro do decreto de 1986. O Sr. Henrique mostrou no mapa algumas situações de pequenos proprietários que estão no meio de terras da união, Este explicou que de direito a posse é do governo federal, mas as pessoas estão usando e que de forma geral neste local os proprietários são pecuaristas. Ainda ressalta que de alguma forma teremos que tratar esta questão. O Sr. Iorque falou que a grande discussão desta parte é que o gado tem pouco acesso a essa área de banhado, mas que eles entram na época da seca para matar a sede. O Sr. Otavio Souza perguntou sobre a propriedade do espelho d'água de quem é e o Sr. Henrique falou que não tem condições de responder dominialmente, mas é de responsabilidade da união. O Sr. Paulo Duarte falou que não existe esse termo de domínio da água, só da superfície da terra. O Sr. Henrique apresentou no mapa a parte da Caçapava. Este ainda relembra que o GT aprovou o trabalho da empresa Neocorp com alguns adendos, como falhas no trabalho, limites de terras e cadastros e que a própria falha vem do método que depende da boa vontade dos proprietários. Outro adendo é que a proposta de ampliação sairia de dentro do conselho e que a partir daí seja apresentado para o pessoal de Brasília e sejam feitas audiências públicas. O Sr. Iorque comenta que isso é o mais importante, pois são

45 os conselheiros que estão na região e compreendem melhor o local e podem com isso  
46 elaborar uma proposta muito melhor. O Sr. Henrique seguiu a apresentação do mapa com  
47 pretensos proprietários. Este ainda comenta que alguns proprietários reclamaram que não  
48 estão no mapa, mas o problema é que em algum momento o governo escriturou como  
49 propriedade da união por algum motivo. Após isto o Sr. Henrique apresentou uma tabela com  
50 o quadro de áreas e apresentou alguns que não apresentou matrícula. O Sr. Paulo Arruda falou  
51 que isto é muito complicado, pois muitas vezes o nome da matrícula está no nome de outro  
52 parente como pai, avô. Ainda explica que por isso mesmo que se aprovou o trabalho com um  
53 adendo sobre falhas no trabalho (ler acima). O Sr. Henrique disse que tomaram como base que  
54 não é do governo, que se na hora da compra o proprietário não apresentar a matrícula, esse é  
55 posseiro e vai ter seus direitos. O Sr. Otavio Souza perguntou se as áreas apresentadas no  
56 quadro são áreas medidas ou tiradas da matrícula. O Sr. Iorque fala que os Patela têm uma  
57 propriedade de 970 hectares, mas esta dividido em varias famílias. O Sr. Henrique falou que  
58 vai olhar o documento para ver se isso já não esta claro. O Sr. Paulo Arruda acredita que cerca  
59 de 90% dessas áreas medidas não estão certas porque as medidas são feitas em linhas retas e  
60 as propriedades têm reentrâncias. Este ainda acha que conselho tem a responsabilidade de  
61 afinar a futura desapropriação. O Sr. Henrique sugere que saia uma posição formal do  
62 conselho como essa ressalva e outras possíveis. O Sr. Paulo Duarte falou que às vezes é só  
63 questão de apresentação para ficar mais clara. O Sr. Henrique apresentou o quadro de áreas I  
64 e II, com cerca de 10 mil hectares com proprietários e cerca de 21 mil hectares com terras da  
65 união. Então já poderíamos criar uma unidade com 27 mil hectares sem problemas com  
66 proprietários. O Sr. Henrique argumenta que apesar das falhas este trabalho é uma ferramenta  
67 suficiente para desenhar uma proposta usando diferentes critérios para apresentar para a  
68 sociedade. A sugestão do Sr. Henrique é colocar um pouco da visão da ESEC do que pensamos  
69 como encaminhamento, mas antes queria que o conselho se posicionasse quanto ao GT ter  
70 aprovado este trabalho da NEOCORP. O Sr. Paulo Arruda diz que foi convencido pelo Henrique  
71 para aprovar com aquela ressalva, pois ninguém poderia obrigar os proprietários a falar, que a  
72 empresa cobrou muito barato e por isso aprovou com o adendo para que essa ampliação  
73 saísse de uma proposta de dentro do conselho. Para que seja uma proposta viável e para que  
74 não se fique mais 20 anos discutindo esse problema. O Sr. Iorque defende a posição do Paulo  
75 Arruda com a ressalva de fazer uma proposta e contratar uma empresa para fazer um  
76 levantamento bem mais profundo do que esse. O Sr. Otávio acha que não era objetivo deste  
77 trabalho ter uma grande acurácia e isso não é um documento definitivo, que essas áreas são  
78 aproximadas e não serão usados para a venda delas. O Sr. Paulo Duarte quer parabenizar o GT,  
79 pois é um trabalho muito complicado, que o valor deve ser avaliado para futuras licitações,  
80 que o trabalho está ótimo, e que estão falando em deliberar, no entanto o conselho é  
81 consultivo. A nossa deliberação é sugestiva e não deliberativa. O Sr. Otávio Souza fala que vão  
82 aprovar o estudo e não que aceitaram o desenho. O Sr. Henrique leu para todos os  
83 documentos emitidos pelo GT a respeito do trabalho da empresa Neocorp. O Sr. Renato  
84 Carvalho acha que já avançaram muito, pois não existia nada, que esse preciosismo vem  
85 depois e que será entre os proprietários e o governo. Este ainda comenta que deveriam  
86 deliberar para ver como vão andar daqui para diante. O Sr. Otavio Souza se manifesta  
87 concordando com a aprovação do estudo fundiário e não com a ampliação. O Sr. Henrique  
88 explica que a ampliação vai partir de agora em diante. Comenta ainda que o próximo passo é  
89 se organizarem para fazer uma ou varias propostas para o conselho apreciar. O Sr. Henrique

90 explicou que inicialmente imaginou que pudesse se formar um GT. O Sr. Eduardo Vale acha  
91 que podemos ampliar esse GT e se fazer reuniões extraordinárias para começar a se defender  
92 esta proposta. O Sr. Paulo Arruda acha que devem fazer uma reunião em breve para  
93 estabelecer critérios para o grupo menor poder construir uma proposta usando este critério. O  
94 Sr. Henrique sugere que se forme o GT agora e que este se reúna em 15 dias e formule  
95 proposta e que daqui a um mês façam uma reunião de novo e apresentem a proposta de  
96 critérios para o geral. O Sr. Cleber Palma quer entender melhor a situação que ficaram em  
97 relação a uma proposta de ampliação a formalizar os 33 mil hectares, porque acha que é um  
98 anseio, mas qualquer proposta que seja viável aqui já se deve incluir a zona de amortecimento,  
99 pois isso já dá um desenho final em termo de estação. Adicionalmente comenta que a zona de  
100 amortecimento vai garantir um acompanhamento das atividades que não sejam lesivas a UC.  
101 Acha ainda que poderiam trazer o aluno que fez um estudo sobre ZA na UC. A Sra. Rosvita e o  
102 Sr. Iorque gostaram da opinião. O Sr. Henrique fala que tem receio de trazer muitos outros  
103 elementos nesse momento que vai gerar um incomodo adicional. Foi criado o GT de  
104 Ampliação da ESEC Taim com os seguintes participantes: Sindicato Rural de Rio Grande,  
105 Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato Rural de Santa Vitória, FURG, FEPAM,  
106 EMBRAPA, Trevo Florestal, IPAC, NEMA e ICMBio. O outro assunto a ser tratado nesta reunião  
107 foi a situação dos membros do conselho. O Sr. Henrique comunicou que foram excluídos a  
108 EMATER e a UCPEL por ausências consecutivas nas reuniões conforme o regimento. O Sr.  
109 Henrique informou que outras demandas são as solicitações do IPAC, da Associação dos  
110 Moradores do Albardão e Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar. O Sr. Iorque  
111 afirmou que apresentará o IPAC na próxima reunião. O Sr. Otávio Souza quer apresentação  
112 destas instituições. O Sr. Márcio Silveira apresentou a Associação dos Arrozeiros de Santa  
113 Vitória do Palmar e explicou a importância do assento no conselho. O Sr. Elvio Arrieche  
114 apresentou a Associação dos Moradores do Albardão e explicou a importância do assento no  
115 conselho por estar diretamente ligado a ESEC Taim. O Sr. Paulo Arruda comentou que é  
116 extremamente interessante que as partes envolvidas façam parte do conselho para que  
117 possam participar dos debates e que sempre vêm com novas idéias, novas visões e que isso  
118 gera um crescimento do conselho. O Sr. Paulo Duarte diz que tem dúvida se as entidades  
119 teriam ou não que fazer de uma maneira formal, apresentando o Estatuto. O Sr. Henrique  
120 explicou que vai buscar e trazer essa resposta e adiciona que o conselho pode solicitar isto,  
121 pois as decisões têm essa força do grupo. O Conselho Consultivo delibera que as duas  
122 entidades estão aceitas no conselho. A reunião encerra-se 12:48.